

## AGRICULTURA E IMPERIALISMO: ALGUMAS NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM CUBA

Maria Aparecida Moraes SILVA\*

---

*RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar o processo de formação da força de trabalho na agricultura cubana no bojo das relações imperialistas no final do século XIX e início do século XX.*

*UNITERMOS: Agricultura e capitalismo; força de trabalho e capitalismo; proletariado rural.*

---

### I

Nosso objetivo, neste trabalho, será o de analisar o processo de constituição da classe trabalhadora na agricultura cubana no final do século XIX e primeiras décadas do século atual.

Esta periodização não se apresenta de forma rígida, uma vez que o processo de formação da classe trabalhadora não se iniciou ou se completou neste período; nem mesmo circunscreveu apenas à agricultura. No entanto, data deste momento a estruturação das bases da produção da força de trabalho em Cuba, no contexto das relações imperialistas norte-americanas.

A análise das relações de classes na agricultura cubana não pode prescindir da análise das relações imperialistas, dada a situação de dependência política e econômica vivida pelo país, mesmo após sua independência política em relação à Espanha, em 1898.

A história concreta de Cuba, neste período, revela-se de suma importância para a compreensão do fenômeno das classes sociais a partir de duas vertentes: a da formação das classes e a das lutas. Estas duas vertentes fazem parte de um mesmo processo, sendo faces opostas e contraditórias de uma mesma moeda. Assim sendo, à medida que se ia

---

\* Departamento de Sociologia – Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação – UNESP – 14.800 – Araraquara – SP.

produzindo historicamente a classe trabalhadora de um lado, do outro ia-se constituindo a classe dominante, representada por uma burguesia *criolla* ligada aos interesses imperialistas. Paulatinamente, estes interesses fizeram-se predominantes na ilha, de tal modo que as relações capitalistas passam a ser identificadas – e personalizadas – pelos representantes dos grandes monopólios norte-americanos.

Nossa preocupação no decorrer das páginas seguintes será a de tentar mostrar que as relações de classes na agricultura cubana são reflexos, de um lado, do processo de produção da força de trabalho para o capital e, do outro, das relações imperialistas que se fizeram dominantes em Cuba neste momento histórico. A desnacionalização da economia cubana caracterizada, sobremaneira, pelo domínio de parte das terras pelos trustes norte-americanos, constituiu-se no elemento agudizador do processo das lutas sociais ocorridas, imprimindo-lhes um caráter de luta antiimperialista, além do caráter de luta de classes. Nesta linha de raciocínio, pensamos que a consciência de classe gestou a consciência nacional, de tal forma que à medida que o capital avançava sobre a ilha, ele produzia situações capazes de engendrar sua própria superação.

Neste sentido, entendemos as relações de classe como relações sociais historicamente determinadas. “Por classe, entendo um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico, não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas... A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), *sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem* (e geralmente se opõem) dos seus” (grifos nossos) (20: 9-10).

Partindo deste conceito de classes, verifica-se que a reprodução das relações imperialistas em Cuba determinou e direcionou o processo da formação da força de trabalho na agricultura – e também nas indústrias.

Todavia, este processo não ocorreu de forma linear. É sabido que o capital não se desenvolve sobre um terreno vazio. Ele necessita moldar, à sua imagem e semelhança, os terrenos existentes. Esta tarefa, embora necessária ao capital, não se faz sem tropeços, e em alguns casos formam-se-lhe barreiras intransponíveis. A história concreta de cada país revela os avanços e recuos do capital, neste sentido. As lutas, as resistências dos agentes sociais envolvidos neste processo diferenciam-se de acordo com as situações históricas de cada um.

Por sua vez, o capital cria e recria constantemente as condições para seu domínio. Não se trata de artifícios meramente criados, mas da criação ou recriação das *condições objetivas* para a reprodução das relações capitalistas. É justamente no bojo destas condições objetivas criadas e/ou recriadas que surgem as condições subjetivas capazes de detonar o processo dos conflitos. As condições objetivas materiais aparecem, sem dúvida, como determinantes, não existindo fora dos indivíduos, “por cima da cabeça dos

indivíduos” (Horkheimer), e estes indivíduos são, ao mesmo tempo, determinados e determinantes dos processos sociais através de suas práticas, historicamente determinadas e situadas.

Partindo destas premissas, o exemplo cubano de formação da força de trabalho oferece, neste período histórico, uma especificidade em relação aos modelos estudados por Marx e Lênin, porque as relações dominantes em Cuba eram as imperialistas. Estas relações, como veremos, foram constituintes da dinâmica das classes e, conseqüentemente, das lutas sociais. Ademais, o momento histórico em que se verifica a consolidação das relações imperialistas em Cuba coincide com o momento de uma maior organização política da classe trabalhadora em nível internacional e também com o da maior expansão das idéias socialistas entre os movimentos operários. Este fator histórico internacional beneficiou o processo de amadurecimento e consciência política dos trabalhadores das cidades e do campo, imprimindo aos movimentos sociais a marca de uma organização política autônoma. Precisamente, a partir da independência política em 1898, os movimentos sociais foram, em sua maioria, apoiados e/ou dirigidos por representantes dos partidos políticos de esquerda – comunista, socialista – e pelos anarquistas(5).

O processo de resistência – de conteúdo classista – foi cada vez mais adquirindo a marca antiimperialista, na medida em que os trustes iam dominando os setores produtivos do país, a ponto de Cuba transformar-se numa neocolônia dos EUA, após a independência em relação à Espanha. O território cubano transformou-se não apenas numa área de investimentos de capitais, mas, sobretudo, num território complementar dos EUA, aliás, como se depreende da Emenda Platt de 1903 (2: 90 e ss). Em princípios deste ano, havia em Cuba 37 estabelecimentos agrícolas norte-americanos que representavam entre 7 a 10% da superfície do país e eram as melhores terras (12: cap IX). Esta porcentagem foi aumentando cada vez mais, até chegar em 1946, quando 25% das terras estavam nas mãos de proprietários norte-americanos. Deste total 13 latifúndios açucareiros com 1.173.015ha possuíam 12,9% das terras do país (22: 4-5). O controle da propriedade da terra, principal fator de produção, passou a ser o elemento fundamental para a reprodução das relações imperialistas em Cuba.

Além do domínio das terras os capitais norte-americanos dominavam as matérias-primas, os setores financeiros, os meios de transporte, as indústrias, o comércio, os meios de comunicação. Este controle econômico conjugado ao controle político – com intervenções diretas e/ou indiretas – e militar do país, após 1903, definiram as manifestações antiimperialistas (5) que culminaram com o movimento revolucionário na década de 1950.

Acreditamos que a melhor compreensão do processo de formação da força de trabalho na agricultura cubana, no início do século XX, exige a análise das formas tomadas pelo imperialismo americano nos períodos anteriores. Isto torna-se necessário, na medida em que este processo não se iniciou com o domínio direto dos trustes, mas já se manifestara antes, tendo, no entanto, outras formas.

Então, como tal objetivo, faremos uma breve análise sobre os períodos anteriores enfocando mais aqueles aspectos cujos embriões consolidaram-se a partir dos primeiros anos deste século.

## II

A influência dos EUA em Cuba teve fases bem diferenciadas. No final do século XVIII e início do século XIX, os interesses americanos centravam-se no comércio do açúcar cubano. Dada a fragilidade econômico-financeira da Espanha – manifesta pela incapacidade de investir na ilha, pela inexistência de refinarias em seu território e pela existência de uma frota mercante –, os EUA foram pouco a pouco dominando o comércio de açúcar cubano, aproveitando-se das condições históricas internacionais, tais como as guerras européias, a revolução haitiana, o bloqueio continental. Em 1795, a exportação cubana de açúcar para os EUA era de 14,33%; em 1800, de 85,86%; em 1807 de 93,68%; em 1812 de 73,76%; em 1813 de 22,24%. Esta última porcentagem mantém-se até meados de 1847. A partir daí, aumentam paulatinamente as exportações do açúcar para os EUA, até se constituírem num verdadeiro monopólio; em 1890, 80,68% do açúcar iam para os EUA e em 1900, esta porcentagem sobe para 99,86 (10: 73 e ss).

Estas últimas cifras correspondentes à consolidação do monopólio do comércio açucareiro asseguram aos EUA a verdadeira condição de metrópole econômica de Cuba, relegando à Espanha a função de metrópole subsidiária político-militar. “Incapacitada para explorar colonialmente Cuba (tarefa) que supunha uma política de inversões, desenvolvimento das produções primárias cubanas, domínio de suas infraestruturas de transporte, montagem de uma organização financeira, controle do comércio etc., a Espanha dedicou-se a dominá-la politicamente. Isto é, incapaz de estabelecer um sistema de exploração colonial de maneira capitalista, para o qual se requeria um grau de desenvolvimento capitalista que a Espanha não possuía, optou por desenvolver uma política de força sobre a qual montou o mecanismo de exploração” (8: 132).

Esta brecha deixada pela Espanha foi sendo cada vez mais aproveitada pelos capitais americanos através do aumento do controle sobre o açúcar. As manifestações deste crescente controle fizeram-se sentir conjuntamente ao crescimento comercial – até a década de 1870\* –, Cuba era a primeira exportadora mundial de açúcar – responsável pela criação das bases de domínio dos monopólios do comércio açucareiro e dos capitais financeiros. “Fatores de produção, transporte e informação concorreram para inaugurar o domínio da comercialização açucareira por um grupo de poderosos oligopólios

---

\* Em 1870, as exportações cubanas correspondiam a 42,31% das exportações mundiais de açúcar de cana. Em 1880, este percentual era de 32,90; em 1890, 24,47; em 1900, 5,85; em 1910, 23,14; em 1920, 32,42 e em 1925, 35,70. De 1870 a 1900, houve instabilidade da produção devido às guerras de independência. A partir de 1903, a produção açucareira cresce vertiginosamente. De 876.027 toneladas em 1902, passa para 1.028.205 em 1903, 1.868.913 em 1910, 3.872.306 em 1920 e 5.386.303 em 1925 (10:37 e ss).

internacionais... O que ocorre é que mais além do armazém, mais além do reino das coisas, as forças do grande capital monopolista internacional organizaram um método de comercialização que decide o preço, as condições de venda e o destino dos produtos, sem a intervenção do produtor e do antigo comerciante” (10: 18).

Este método é, sem dúvida, viabilizado pela criação das bolsas de matérias-primas e produtos agrícolas nos países capitalista. O açúcar foi controlado, nos finais do século XIX pela New York Produce Exchange, responsável pela fixação dos preços do açúcar cubano. Além das bolsas, havia o controle do transporte do açúcar cubano pelo monopólio “Ward Line” para os EUA. “O açúcar cubano, que durante a primeira metade do século XIX dirigira-se a numerosos mercados, ficava reduzido a um único – EUA. Dentro deste único mercado, para um único comprador – O Sugar Trust. O preço era imposto pela Bolsa de New York. E agora, o transporte ficara reduzido também a única empresa” (10: 24).

Além destes fatores, o monopólio das informações com a instalação das linhas telegráficas unindo as principais zonas açucareiras cubanas (1840) e a implantação do cabo submarino entre Cuba e EUA (1867) colocaram os mercados de matérias-primas ao alcance do grande capital financeiro (10: 25). Ainda para completar a estrutura de domínio do capital sobre as matérias-primas, a revolução nos meios de transporte com o barco a vapor viria, ao diminuir o tempo de transporte das mercadorias, acelerar o processo da realização da mais-valia.

A conjugação de todos esses fatores permitiu aos EUA o controle do setor terciário do açúcar sem investir em engenhos e canas, ou seja, sem investir no setor produtivo cubano.

Todavia, configura-se, neste período histórico, a divisão internacional do trabalho, através da qual Cuba será colocada na posição de mera fornecedora de açúcar de baixa qualidade – os *crudos* – para atender aos interesses das refinarias norte-americanas.

Assim sendo, apesar de não investirem em engenhos e canas, setor este resguardado à aristocracia do açúcar cubano, os monopólios controlavam a organização da produção através das determinações impostas pelo capital financeiro e comercial. Estas refinarias situadas no território dos EUA impediam o desenvolvimento das forças produtivas das unidades açucareiras que continuavam crescendo quantitativamente através da incorporação de escravos e de novas terras, requisitos necessários ao atendimento do crescente mercado açucareiro.

Esta situação reduz as unidades açucareiras a um constante processo de “desmanufaturaçã” segundo Fragnal: “Os refinadores novaiorquinos... colaboraram no processo de desmanufaturaçã, embora não somente pelo objetivo prático imediato de eliminar a tendência norte-americana de consumo dos *crudos*, mas também com a finalidade econômico-política neocolonial de reduzir Cuba ao simples papel de produtora de matérias-primas, na forma menos elaborada possível, ficando em suas mãos, as tarefas de processamento industrial cuja quota de mais-valia é mais alta” (8: 201).

A manutenção da maneira de produzir coadunava-se com o trabalho escravo, largamente intensificado na ilha com a produção açucareira. Em 1774, foram recenseados na ilha 44.333 escravos. Em 1841, este total passa a ser 436.465, o que correspondia a 43,3% do total da população (7: 176).

A partir de meados do século XIX, alguns acontecimentos históricos vieram alterar este estado de coisas. Do ponto de vista externo, cada vez mais impunham-se restrições ao desenvolvimento do tráfico ilegal de escravos. Este comércio feito por espanhóis, norte-americanos, principalmente, sofre a partir de então cada vez mais ameaças por parte da Inglaterra, situação esta piorada com a abolição da escravidão negra nos EUA em 1863, durante a guerra de secessão. Além disso, a concorrência do açúcar de beterraba europeu ocasionava baixa nos preços do produto. Internamente, a partir de 1840, aumentam as sublevações de escravos nos engenhos, fator paralelo ao aumento de preços dos escravos. Em 1866, o preço per capita era de 800 pesos, chegando a 1520 pesos em 1875 (7: 179). Quando eclode a Guerra dos Dez Anos (1868-1878), muitos escravos fogem das fazendas, passando a integrar-se o exército dos independentistas – o Exército Libertador.

Em Cuba, desde os primeiros momentos da Guerra dos Dez Anos, cujo centro irradiador foi o Engenho Demajagua de Carlos Manuel Céspedes, a abolição dos escravos passou a compor o rol das reivindicações dos independentistas. Em 27 de dezembro de 1868, na qualidade de Jefe Provisional de Oriente, Céspedes proclamou a libertação dos escravos que se incorporassem ao Exército Libertador e daqueles que se achassem nos bosques formando associações. Em 25 de dezembro de 1870, Céspedes declarava a abolição completa da escravidão nos territórios de Cuba. No entanto, a abolição definitiva outorgada pela metrópole espanhola só aconteceria em 1886, depois de várias fachadas de abolição por etapas, a “abolição gradual”. – Lei do *Ventre Livre* em 1870, Lei do Patronato em 1880 – que transformava os escravos em patrocinados, isto é, em tutelados dos seus antigos amos (7: 240 e ss).

Torna-se evidente que o processo independentista trazia no seu bojo, a libertação dos escravos. Este acontecimento criava novas condições para a superação das relações escravistas predominantes nos engenhos, na medida em que, com a derrota dos insurgentes em 1878-79, o Estado foi obrigado a buscar soluções controladas para a abolição.

Estes fatores internos associados àqueles externos, acima mencionados, impõem, necessariamente, uma mudança na maneira de produzir das unidades produtivas açucareiras.

Estas transformações tornaram-se visíveis a partir da década de 1880, quando a velha manufatura produtora dos *crudos* assentada no trabalho escravo mostrou-se inoperante. Verifica-se, a partir de então, uma transformação radical na maneira de produzir e nas relações de trabalho. Os engenhos vão cedendo lugar, paulatinamente, às grandes centrais açucareiras. Esta fase representa uma ruptura em relação àquela anterior, onde a agricultura separa-se da indústria, dando origem às transformações no processo das classes sociais, através da “decomposição social” da aristocracia açucareira.

Este processo viu-se acelerado com a Guerra dos Dez Anos em virtude dos seguintes fatores: a) a guerra desenvolveu-se na parte central e oriental da ilha, não afetando os produtores ocidentais; b) com o aumento dos preços do açúcar, neste período, pela Comisión de Bienes Embargados, muitos setores espanhóis e cubanos aproveitaram-se e despojaram os cubanos de suas propriedades; c) crescimentos dos fabulosos negócios advindos com o desenrolar da guerra e a manutenção de um exército espanhol numeroso em Cuba (7: 180).

Assim, a guerra permitiu o empobrecimento de uns, e o enriquecimento de outros. Este grupo (comerciantes, donos de engenho ou pessoas que não eram proprietárias anteriormente, mas que estavam vinculadas ao poder político-colonial) transformou a estrutura da indústria açucareira. “Este grupo logrou uma acumulação considerável de capital que lhe permitiu modernizar sua indústria, inclusive requerer a abolição da escravidão sem indenização” (7: 180).

Com isto, a antiga aristocracia do açúcar foi desbancada e com ela o velho sistema da *plantation* escravista. Para alguns, isto significava a transformação de seus *ingenios* em *centrales*, usinas centrais que poderiam moer a cana proveniente de uma larga área e de numerosos fornecedores. Para outros, significava renunciar ao papel industrial de fabricante do açúcar, para transformar-se em produtores de cana (19: 181).

Esta situação definida pela divisão social do trabalho entre indústria e agricultura manifesta-se como determinante e dominante do processo de transformação das classes sociais na agricultura cubana. A própria ideologia da aristocracia açucareira já refletia estas mudanças operadas na base material. Em 1865, o Conde de Pozos Dulces, um proprietário arruinado, e porta-voz desta aristocracia, escreveu: “Os fazendeiros não podem conservar seus capitais, passando estes às mãos dos comerciantes e industriais” (3: 265).

Os preços baixos do açúcar no mercado internacional, aliados ao aumento do mercado consumidor nos EUA, exigiam uma maior produção a preços mais baratos. Para isto, era necessário modernizar a indústria com equipamentos modernos, com grandes inversões de capitais. Novos sistemas de produção foram introduzidos aumentando os rendimentos, fabricando-se mais açúcar com menos cana. “Não foi necessária a conquista de grandes espaços territoriais, nem o aumento dos trabalhadores agrícolas, como via fundamental para o desenvolvimento da produção e dos rendimentos açucareiros” (7: 182).

O grande investimento de capitais foi um fator decisivo para alijar muitos elementos da aristocracia açucareira da produção industrial, na medida em que as mudanças no processo tecnológico exigiram as ligações com o capital financeiro.

É justamente, neste momento, que o capital financeiro (essencialmente o imperialista) passa a dominar diretamente o setor produtivo canavieiro cubano, acelerando a concentração industrial e, em consequência, o processo de decomposição das classes sociais. As firmas norte-americanas passaram a controlar as grandes centrais. “A Fazenda da Mapos, por exemplo, por muito tempo controlada por uma família hispano-cubana, passou aos irmãos Bartram, uma firma norte-americana, devido a enormes empréstimos para novos equipamentos na década de 1890” (21: 181-2).

Surgiu, assim, o grande industrial açucareiro, que se afastava cada vez mais da agricultura. O processo de divisão social do trabalho intensificou-se gerando novas relações sociais. No entanto, o processo de formação da força de trabalho não pode apenas ser caracterizado pela transformação do escravo em trabalhador livre. Vimos, anteriormente, que no período correspondente à segunda metade do século XIX, assiste-se ao processo de libertação dos escravos dentro de condições objetivas, interna e externamente definidas. Este processo liga-se a um outro de contornos mais amplos e diversificados de constituição da força de trabalho, dadas as exigências crescentes da produção açucareira.

As transformação do escravo em trabalhador livre, por si só, não resolvia o problema da mão-de-obra, mesmo porque, numericamente, a população negra havia diminuído bastante na década de 1880. Neste ano, a população branca correspondia a 66,9%, sendo que, em 1841, esta cifra era de 41,5%. Ao contrário, a população negra de 58,48%, em 1841, diminuiu para 32,14%, em 1889. De 1841 a 1879, a população escrava diminuiu de 265.378 pessoas. A cifra de libertos, que em 1841 era de 152.838, somente aumentou no ano de 1879 em 134.989 pessoas. Além da diminuição global da introdução de escravos, havia o incremento da exploração a que estavam submetidos. “Suas vidas deviam esgotar-se em três lustros” (7: 177). À diminuição numérica da força de trabalho negra correspondia o aumento da produção açucareira através das novas centrais. Este é o período marcado pela “fome de braços” pelo capital, processo semelhante ao ocorrido nas regiões cafeeiras paulistas na segunda metade do século XIX e início do século XX.

Antes de mostrarmos como o capital canavieiro buscou soluções para resolver a “fome de braços”, torna-se necessário analisar as relações entre agricultura e centrais.

Vimos que a ruptura entre estas duas unidades de produção intensificou a divisão social do trabalho e, portanto, o processo de “decomposição social” das classes. Ora, este processo correspondeu à falência e ao desaparecimento dos engenhos pequenos – os “trapiches”, e dos semimecanizados. O que ocorreu, não foi a transformação – a evolução – destes engenhos em industrializados, mas seu desaparecimento, tal como ocorrera na Inglaterra com as unidades artesanais quando surgiram as manufaturas. Estas eliminaram aquelas. Do mesmo modo, em Cuba, as Centrais eliminaram os engenhos e, por extensão, os seus proprietários. Não se trata mais de combinar a produção da cana e do açúcar. Esta combinação cede lugar à exclusão: produzir cana significa não produzir açúcar. Esta mudança na estrutura da produção material gera, em nível da estrutura social, transformações que lhe correspondem gerando, por sua vez, condições para novas transformações na base material.

No caso concreto de Cuba, ao se estiolarem as velhas relações escravistas do binômio senhor-escravo, surgiram novos personagens. Nas centrais, o trabalho assalariado substituiu o do escravo dos engenhos, caracterizado pela baixa produtividade. Na agricultura, as relações foram mais complexas. Surgiu, como predominante, a figura do *colono* cuja caracterização diferia, totalmente, daquela que conhecemos no Brasil, sob o mesmo termo. O colono incluía várias categorias: a) antigos escravos que receberam



pequenos lotes de terras para evitar que abandonassem as grandes propriedades; b) pequenos proprietários que se transformaram em produtores de cana; c) arrendatários e empresários que alugavam as terras para o fornecimento de cana; d) antigos senhores de engenho que, impedidos, pelos custos dos investimentos, de se tornar proprietários das centrais, dedicavam-se ao plantio da cana (19: 182).

“O termo ‘colono’, assim, não implica um estatuto de classe específico nem uma relação particular com os meios de produção. Os colonos incluíam desde pessoas que realmente trabalhavam por um certo preço em terra pertencente a grandes propriedades, até investidores em grande escala que possuíam a terra e empregavam grande número de trabalhadores” (19: 182).

Nas páginas seguintes, veremos como as contradições de classe entre estes colonos e as Centrais serão aprofundadas, na medida em que se acentua o controle imperialista sobre a produção açucareira.

A esta mudança na estrutura agrária com o aparecimento dos colonos, correspondeu, em contrapartida, um avanço no processo de proletarianização, cujo teor assemelhou-se ao processo de acumulação primitiva. O conteúdo desse processo será analisado mais adiante, uma vez que se acentua no período após a independência política de 1898.

Por ora, falta-nos acrescentar que o processo de formação da força de trabalho para esta agricultura tomou outras diretrizes.

A produção açucareira, para atender as demandas do comércio externo – o norte-americano –, exigia, cada vez mais, maiores contingentes de força de trabalho. Para isso, Fraginals aponta a criação de vários mecanismos, de várias “soluções marginais” para compensar a falta de braços: a) perseguição aos *cimarrones* – negros fugitivos que viviam nos bosques – que sobreviviam basicamente dos recursos da natureza (1: 42-57); b) exploração do trabalho dos negros emancipados; c) formação de um depósito de *cimarrones* para burlar a situação dos negros que não possuíam identidade documentada. Todos estes mecanismos configuravam-se num conjunto de medidas abusivas postas em prática para reescravizar os negros libertos (9: 287-292).

Além destas tentativas internas, a imigração de trabalhadores livres mostrou-se como alternativa viável para solucionar o problema. A divisão internacional do trabalho, neste momento histórico, além de configurar-se como uma divisão entre países produtores de matérias-primas e países industrializados, imprimia a alguns o papel de produtor de força de trabalho excedentária e a outros o de importador destes excedentes. Cria-se, assim, um mercado internacional de força de trabalho, contribuindo para a acumulação capitalista em nível internacional. Se no passado a venda de negros esteve associada a um mercado específico de acumulação – o do capital comercial –, agora o mercado internacional de mão-de-obra assentado nos ideais burgueses de trabalho livre, permite ao capital, em alguns países, livrar-se dos excedentários, sem colocar em risco as metas de sua reprodução ampliada. Neste contexto, a “fome de braços” em Cuba foi sendo saciada pela chegada de milhares de trabalhadores provenientes das ilhas Canárias (*los isleños*), da China (os *coolies*), da Índia, da Irlanda, da Galícia e mais tarde do Haiti e da Jamaica. Esta

imigração constituía-se num verdadeiro tráfico de brancos. “Toda teoria colonizadora hispano-cubana responde ao velho conceito de importar mão-de-obra barata das colônias, é um comércio de homens, que por razões legais e culturais, emprega métodos distintos do tráfico de negros, mas possui a mesma finalidade” (9: 301).

O crescimento da população branca é notado, neste período, quando se comparam os dados relativos à população negra e branca na ilha. De 1841 a 1899, a população branca cresceu de 364.106 pessoas, enquanto a negra diminuiu de 26.198 pessoas (7: 182).

As condições da passagem do engenho escravista para a agricultura organizada nos moldes do arrendamento da terra, dos proprietários fornecedores, e do trabalho assalariado só foi possível graças a esta intensa imigração.

No entanto, o processo de formação da força de trabalho não se completará aí. O capital monopolista dominante criará outros métodos para fomentar o fornecimento de trabalhadores às centrais e à agricultura. Esta será, no entanto, outra história.

### III

Nosso objetivo será, a partir de agora, analisar as transformações ocorridas em Cuba, nas primeiras décadas do século XX, no tocante ao processo de formação da força de trabalho.

A análise do período anterior fez-se necessária, tendo como propósito o de que a ação do capital monopolista norte-americano não se iniciou com a intervenção em 1903. Já no século XIX, torna-se evidente o papel reservado à ilha de Cuba, no contexto da nova divisão internacional do trabalho. No entanto, as contradições internas provocadas pela determinação e dominação das relações imperialistas culminaram na eclosão de um processo de lutas e conflitos que se estenderam por toda a primeira metade do século XX, até se desembocar no processo revolucionário dos anos 50.

Neste período, novos fatores imprimem ao capital monopolista mudanças nas suas formas de dominação.

Vimos que a Guerra dos Dez Anos, aliada a outros fatores externos, apoiada pela população escrava, colocou em xeque o sistema de relações de produção vigentes. Por sua vez, o trabalho assalariado de negros ex-escravos e de brancos importados – conjugado ao sistema de “colonos” –, engendrou novas contradições que resultaram em novos conflitos, a partir de 1895. Estes conflitos, marcadamente de caráter revolucionário, duraram até 1898, quando foi reconhecida a independência de Cuba.

A ideologia da revolução, José Martí, rejeitava explicitamente a anexação\* de Cuba aos EUA e, ao mesmo tempo, repudiava as divisões raciais (18: 32 e ss) – chegando até a

---

\* Desde o século XIX desenvolveu-se em Cuba, na elite governante a ideologia da anexação. Esta ideologia baseava-se na crença da incapacidade de Cuba em se industrializar, devendo, por isto, formar parte do território dos EUA, como fornecedora de matérias-primas.

proclamar a igualdade social (6:129 e ss). Quando Martí afirma “com os pobres da terra / Quero meu destino jogar”, em verdade não reconhece a luta de classes, mas adverte de que a razão está do lado dos oprimidos do mundo (15: 75). Esta mensagem reaparece nos seus últimos versos. “A Escravidão dos homens / É a grande dor do mundo” (15: 75).

Apesar da morte de Martí em 1895, suas idéias continuaram através de seus seguidores, sendo, portanto, constitutivas da ideologia dos movimentos de oposição ao imperialismo, após a independência.

Durante os combates nesta guerra de Independência, a presença de ex-escravos, de pequenos proprietários, de trabalhadores assalariados e também de colonos fez-se marcante, a ponto de levantar preocupações por parte do líder das forças espanholas na ilha. Em junho de 1895, ele escreve: “Passando pelos bohíos (choupanas) no campo, não se vêem homens, e as mulheres ao serem interrogadas sobre seus maridos e filhos, respondem com franqueza terrível: nas montanhas com Fulano”. Estar nas montanhas, significava estar com as forças rebeldes (11: 320).

A participação dos camponeses e trabalhadores nas lutas deveu-se ao descontentamento generalizado após as transformações no processo de trabalho e na organização da produção. Vimos que tais mudanças foram necessárias à garantia da reprodução das relações sociais. No entanto, sua implantação gerou novos problemas.

Os colonos, em geral, tinham seu descontentamento manifesto nos baixos preços pagos pela cana e na dominação da usina, uma vez que cada vez mais forneciam só para uma usina (19: 185-7). Os trabalhadores assalariados queixavam-se da instabilidade de emprego, o que favorecia os baixos salários. Os negros libertos, praticamente, não tiveram condições de ter acesso à terra e sofriam de preconceitos étnicos e raciais diante dos trabalhadores brancos imigrantes.

Esta situação de descontentamento generalizado era a consequência da reorganização da produção baseada na ruptura entre agricultura e indústria. Foi essa reorganização que permitiu assegurar os níveis desejados de acumulação do capital açucareiro, imprimindo aos colonos e trabalhadores o fardo dos baixos preços do açúcar no mercado internacional.

Torna-se evidente que o capital monopolista, ao se deslocar para os ramos mais rentáveis, ocasionou a apropriação de parte da mais-valia proveniente dos setores menos rentáveis. É justamente em nível das relações de distribuição que operam as relações de força entre o capital monopolista e os agentes sociais da agricultura.

Estas contradições e conflitos não foram superados com a independência. Na verdade, eles foram aprofundados, dadas as novas condições objetivas impostas pelo capital norte-americano, a fim de assegurar sua reprodução.

Apesar da continuidade da organização da estrutura produtiva, baseada no binômio agricultura-centrais, o capital monopolista criou novos mecanismos de dominação. Em virtude do crescimento vertiginoso do açúcar no mercado internacional, passando a produção cubana, como já vimos, de 876.027 toneladas em 1902 para 5.386.303 toneladas em 1925, havia a necessidade premente de aumentar a produção de cana, além do aumento já efetuado da produtividade na indústria açucareira.

O meio mais adequado para conseguir este objetivo foi conseguido, naquelas condições históricas, através da incorporação de novas terras. As condições financeiras precárias de boa parte dos colonos e de proprietários, em razão dos baixos preços da cana pagos pelas Usinas, impediam que eles se apropriassem de novas terras. A própria dominação do Capital das Centrais impedia que isto ocorresse. Forçosamente, a propriedade de novas terras não deveria recair sobre a maior parte dos antigos donos.

Nesse momento, a terra assume a categoria de mercadoria sujeita a produzir um valor de troca: a cana. Embora tal processo tenha-se firmado como tendência desde o período em que Cuba transforma-se em mera exportadora de açúcar, agora ele passa a assumir contornos diferenciados porque a terra, antes, era necessária como principal *fator de produção* e, agora, além deste papel, ela cumpre um outro, ou seja, o de *fornecedora de renda fundiária*. A renda fundiária é criada pelo capital, ou melhor dizendo, é o capital que transforma a terra como fornecedora de renda. O objetivo é a captação da renda, através da apropriação da terra.

Nos momentos anteriores, o capital monopolista apropriava-se dos excedentes via comércio internacional; depois, dos excedentes produzidos nas centrais e da transferência de valores da agricultura para elas. Agora, além destas formas de apropriação, soma-se a renda capitalista da terra.

Neste contexto, tem-se o início do processo de compra de terras pelo capital monopolista norte-americano: terras vazias e ocupadas que deveriam, pela força, ser desocupadas, “limpas”, usando a expressão da realidade brasileira. Nesta “limpeza” da área, o capital utilizou-se dos métodos da acumulação primitiva para se apropriar da renda da terra e para produzir a força de trabalho que lhe era necessária.

Até então, terra e capital apresentavam-se como personagens separados. Os proprietários do capital não eram os proprietários da terra. Agora, eles se unem, apresentam-se num único personagem. Esta unificação é produzida pelo capital, que, ao realizá-la, cria novas contradições.

No modelo clássico da renda da terra, Marx aponta as relações de força entre os proprietários da terra e do capital, em torno da captação da renda. A propriedade da terra é analisada como obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Naquele momento, esta situação também fora criada não pela terra, mas pelo capital. “A propriedade da terra não é exatamente um empecilho à expansão do capital no campo; ela é fundamentalmente uma das contradições do capitalismo, movimento, transformação e possibilidade de transformação. ... O proprietário da terra não é uma figura de *fora* do capitalismo, mas *de dentro*”(16: 170). Em outros termos, é uma figura criada pelo capital. Se adotarmos a conceituação acima, de que a propriedade da terra deve ser vista como contradição, e, portanto, como transformação, podemos entender mais claramente o que se passou em Cuba, neste momento histórico.

A separação entre agricultura e indústria ocorrida nas últimas décadas do século XIX permitiu a reorganização da produção e, conseqüentemente, a divisão social entre proprietários da terra e do capital (representado pelas centrais).

O crescimento do mercado externo exigia a crescente produção de cana; logo, crescente apropriação de terras para a cana.

Neste momento, torna-se necessário ao capital apropriar-se da terra como meio para garantir o fornecimento de cana desejado e, deste modo, assegurar os níveis de reprodução ampliada. Ao fazê-lo, o capital apropria-se da renda, portanto, há “uma sujeição da renda da terra”, pelo capital, havendo, assim, a unificação das figuras do proprietário da terra e do capital.

Este processo não se universalizou na ilha. Apesar do grande avanço do capital monopolista sobre as terras houve a conservação\* de outras formas de propriedade da terra, mas elas foram subjugadas à reprodução capitalista, num constante processo de transformação e recriação: os antigos proprietários de engenhos transformados em fornecedores, pequenos proprietários, arrendatários, colonos, produziam, todos, a mercadoria requerida pela Usina.

A terra tornou-se um “enjeu” de relações de força entre os representantes do capital – o monopolista – e os antigos proprietários. A reprodução das relações imperialistas em Cuba, neste momento, vão assentar-se em dois pilares básicos: a) produção da força de trabalho e apropriação da renda da terra. Estes dois elementos apresentam-se de forma constitutiva destas relações. Sem a apropriação das terras pelo capital norte-americano, a reprodução das relações imperialistas seria colocada em xeque, dada a existência de formas de produção, estranhas aos interesses do capital. Esta “estranheza”, no entanto, foi produzida pelo capital. Para eliminá-la, ele cria mecanismos cujos aspectos se assemelham, como já dissemos, aos da Acumulação primitiva. A dinâmica deste processo não é linear. O capital não é uma entidade que se coloca acima e fora das estruturas sociais. Sendo uma relação social, novos elementos são engendrados neste processo, e passam a constituir sua dinâmica. É justamente no bojo da constituição destes novos elementos que surgem novas contradições, cuja tendência é a superação destas relações sociais.

Tentaremos, nas páginas que se seguem, demonstrar as idéias expostas acima.

Em Cuba, a expropriação dos camponeses teve início no momento em que a produção açucareira passou a dominar a ilha. Durante todo o século XIX, assistê-se à expropriação das terras dos *vegueros* – plantadores de tabaco – nas províncias ocidentais. À medida em que avançavam as plantações de cana, estes camponeses eram deslocados para as áreas ainda não apropriadas. A existência de terras férteis, de bosques, de caminhos e de população capaz de ser transformada em operários assalariados para os engenhos, fornecia as condições necessárias ao crescimento da produção açucareira (9: 137 e ss).

A disponibilidade de terras permite, até certo ponto, o deslocamento dos camponeses para outras áreas e também a reprodução de suas formas de produção, dado que a força de

---

\* O conceito de conservação sugere não a forma estática, mas a da transformação. Os acontecimentos históricos deste período revelam que tais formas de propriedade conservaram-se dentro de um processo de contradições e resistência, no qual muitas desapareceram.

trabalho predominante nos engenhos era a negra escrava. Portanto, a principal preocupação, neste momento, girava em torno da apropriação da terra como fator de produção e não a produção da força de trabalho.

Por outro lado, o sistema escravista não chegou a destruir as antigas formas de apropriação da terra. A presença das *haciendas comuneras*, existentes desde o início da colonização espanhola, oferecia uma barreira à expansão das relações capitalistas na agricultura. A origem destas *hacienda comuneras* merece ser explicada a fim de que se possa entender o porquê de sua “estranheza” quando se configura a dominação direta dos EUA, a partir de 1903. “Logo depois da conquista e colonização de Cuba, Diego Velasquez primeiramente, e os governos locais depois, mediante o sistema das ‘mercedes de tierra’ ... repartiram aos espanhóis estabelecidos na Ilha, grandes fazendas em forma circular de uma e duas léguas ... Quando, dentro destas grandes fazendas, os governos locais autorizavam a determinadas pessoas o cultivo de uma pequena quantidade de terra, a esta dava-se o nome de estância, sítio de trabalho, ou ‘vega’ ”.

“Aqueles beneficiados pelas ‘mercedes de tierra’ fundaram famílias; dos matrimônios, nasceram filhos, vieram depois os netos e bisnetos com o passar dos anos, aqueles que passaram a possuir em comum aquelas terras por herança, sem dividí-las: daí, o nome de ‘hacienda comunera’ ... e cada qual recebeu um título de propriedade chamado ‘pesos de posesión’, segundo seu direito de herança” (17: 55-6).

As terras que não foram repartidas por este sistema chamavam-se terras *realengas*, terras do Rei.

A conservação destas formas de propriedade, as quais não se coadunavam com as formas jurídicas da propriedade burguesa, aliada à ignorância de seus proprietários, permitiu uma brecha valiosa à expansão do capital sobre a propriedade da terra.

Abusos e corrupção de toda ordem foram utilizados, além da violência explícita, a fim de eliminar tais formas de propriedade (17:56 e ss).

A Ordem 62 e o Decreto 566, ditados, respectivamente, pelo primeiro e segundo governos interventores norte-americano foram dois dispositivos jurídicos criados pelo Estado cuja finalidade era a destruição das “haciendas comuneras” e “realengas”, e sua posterior transformação em propriedades capitalistas.

Além dos dispositivos jurídicos, a compra de terras por preços irrisórios, muitas vezes assumindo o caráter de um verdadeiro roubo, foi outro mecanismo artificial acelerador do processo de expropriação da massa camponesa. Assim, há o registro de 49.828,46 hectares de terras compradas por 100 pesos no norte do Oriente pela Bay Nipe Company de Jersey. Esta empresa era proprietária das centrais “Nicarágua” (antes “Boston”) e “Guatemala” (antes “Preston”), mais tarde propriedades da United Fruit Sugar Company (13: 215).

O avanço do domínio do capital estrangeiro sobre a terra fez-se de forma assustadora. No início de 1903, havia em Cuba 37 estabelecimentos agrícolas norte-americanos: 10 na província de Havana, 6 em Matanzas, 4 em Santa Clara, 8 em Camagüey e 9 em Santiago. A Empresa Knickerbocker Trust desenvolveu grandes projetos no extremo-

oriente da ilha. Os preços pagos pela terra eram irrisórios: "... desde a guerra com a Espanha, 13.000 nôrte-americanos compravam em Cuba terras importantes por 50 milhões de pesos. Somente na província de Camagüey, havia 7.000 propriedades ianques, cujo custo fora de 28 milhões de pesos. Sete oitavos das terras adjacentes a Sancti Spíritus eram de norte-americanos. Os norte-americanos possuem entre 7 e 10% da superfície total de Cuba" (12: cap. II).

As terras do Estado também foram apropriadas por estes métodos. Estas terras tinham sido prometidas aos camponeses combatentes nas guerras de independência. Várias medidas ludibriosas permitiram às grandes companhias sua apropriação.

A implantação destes métodos fez-se possível graças ao emprego da força militar e da violência. Logo depois da Independência foi criada a Guarda Rural em substituição ao Exército Libertador. Os integrantes da Guarda Rural diferiam substancialmente dos camponeses que lutaram nas fileiras do Exército Libertador. Em geral, tratavam-se de mercenários, anticubanos, que lutaram em favor dos espanhóis. "A partir de sua criação, a Guarda Rural foi executora da repressão ... dos despejos, dos crimes e terror nos campos servindo aos piores interesses das companhias estrangeiras" (17: 54).

Todo este estado de coisas gerou uma enorme inquietude entre os camponeses, os quais se viam constantemente ameaçados em suas terras.

Este processo de expropriação da terra foi seguido da importação crescente de trabalhadores livres – jamaicanos e haitianos, em grande parte. Desta maneira, consolidou-se a produção da força de trabalho e do exército de reserva necessários.

Estas condições objetivas geraram um processo de lutas e de resistência dos camponeses e dos trabalhadores, provocando um clima de permanente instabilidade política e social.

Retomando a conceituação de classes de Thompson, apresentado no início deste texto – "...A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns ... sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus" (20: 9-10) –, tornam-se evidentes dois elementos: a) a classe surge juntamente com o conflito, a oposição. Não se trata de entender o surgimento da classe e depois, o do conflito. Ambos são engendrados pelo mesmo processo. São faces de uma mesma moeda; b) em Cuba, a consciência de classe e consciência nacional também foram produzidas conjuntamente. Opor-se à classe detentora do capital significava opor-se ao imperialismo. Aí se tem, segundo nosso raciocínio, a especificidade do exemplo cubano, no contexto dos demais países latino-americanos. O específico, portanto, não foram os conflitos e seus desdobramentos históricos. O elemento definidor deste processo foi gerado pela reprodução das relações sociais, que eram as imperialistas. Foram estas relações que imprimiram aos conflitos e ao processo de resistência o perfil antiimperialista.

A resistência camponesa e as lutas dos trabalhadores articulam-se, num processo contraditório, em três dimensões: reprodução do capital, produção e reprodução da força de trabalho. Estas dimensões aparecem como instituintes do processo de identidade destes

agentes sociais, na medida em que o inimigo comum foi sendo definido: o capital imperialista.

Vejam alguns exemplos de resistência e lutas no campo, de caráter antiimperialista, gestadas no bojo das lutas de classes.

Uma das primeiras áreas atingidas foi o Realengo nº 3, ameaçado pelas Companhias Maibi S.A, Ermita S.A. e Agrícola Mancebo. “Nesta área, foram detidos os camponeses, incendiadas suas casas, destruídas suas plantações ...” (17: 66).

Nos anos de 1913 e 1914 foi destruída a *hacienda comunera* Aguada de Piedra, sob a orientação da Ordem 62 de 1902. Centenas de camponeses foram desalojados (17: 66).

Esta Ordem e a 566 de 1907 atingiram as *haciendas comuneras* de San Felipe de Uñas, em Holguin, e de Virama, em Victoria de las Tunas. Em Virama, a Companhia da Central “Jobabo” apropriou-se de mais de 200 *caballerias*. De 2.500 *cabalherias*, restaram apenas 400.

Os camponeses formaram a “Asociación de Comuneros”, responsável pela resistência contra novas investidas em 1919 (17: 67).

Na década de 20, aumentam as expropriações e também as lutas de resistência. Em 1921, foi a vez da propriedade La Maya. Os camponeses ameaçados resistiram durante vários anos. Da mesma forma, foram apropriadas várias terras pertencentes ao Estado (17: 71-2).

Em 1923, a *hacienda* Laballa y Cebolla, na parte Oriental, foi cenário de muitas lutas contra a Companhia Atlantic Frutera y Azucarera de Cuba.

Os conflitos nesta área prolongaram-se até a década de 1940, envolvendo outras *haciendas*. Os métodos utilizados pelas Companhias variavam desde manobras legislativas forjando escrituras de compra de propriedades até destruição das plantações dos camponeses (17: 73-4).

Outro acontecimento de lutas deu-se na *hacienda comunera* de Barajagua, em 1928, quando 3.000 famílias foram desalojadas pela United Fruit Company. Também na década de 20, um movimento organizado pela Asociación de Produtores Agrícolas del Realengo 18 y Colindantes encabeça a luta no realengo 18. Houve, aí, uma intensa mobilização dos camponeses atingidos, e procurou-se a aliança com os operários das Centrais açucareiras e outros setores da região oriental (17: 75,77).

O que se depreende destes acontecimentos é que eles tenderam cada vez mais à organização política. Além dos camponeses expropriados, ou em vias de sê-lo, havia os colonos fornecedores de cana, também descontentes com os preços pagos pelas centrais.

Foi-se formando, assim, um elo aglutinador destas inquietudes, aprofundando ainda mais o fosso entre os representantes do capital e do trabalho, em virtude da política repressiva adotada pelos governos cubanos à mercê dos interesses imperialistas.

Em 1925, com a fundação do Partido Comunista, tenta-se aglutinar estas lutas em torno daquelas desenvolvidas pelos trabalhadores urbanos – nos setores industrial, comercial, de comunicações, de transportes, de construção civil –, cujas reivindicações



giravam em torno de melhores condições de trabalho, melhores salários, diminuição da jornada de trabalho etc. Aqui, também, observa-se o mesmo conteúdo antiimperialista no bojo das lutas, uma vez que o capital monopolista exercia a maior parte do controle destes setores, inclusive da indústria de tabacos.

Evidentemente, a tentativa da unidade operário-camponesa sofreu restrições severas dos governos ditatoriais instalados em Cuba\*

A resistência camponesa oferecendo obstáculos ao processo de produção da força de trabalho nos moldes desejados, obriga os capitalistas a tomarem outras medidas. Uma delas foi a crescente importação de trabalhadores. Somente no governo de Mario Garcia Menocal foram importados 81 mil haitianos, 95 mil jamaicanos, 10 mil chineses, espanhóis, coreanos, japoneses e polacos (5: 181).

Estes trabalhadores eram conduzidos diretamente às propriedades das grandes centrais. Ali estavam sujeitos aos baixos salários, jornada excessiva (14 a 18 horas), péssimas condições de moradia e de higiene, sistema de pagamento representado pelos vales dos barracões e péssimas condições de saúde. As centrais eram verdadeiros feudos, um Estado dentro do Estado. Possuíam moeda, milícia e leis próprias (5: 171).

Estes trabalhadores constituíam-se num exército de força de trabalho barata e sua presença representava um fator importante para a divisão da organização política dos trabalhadores cubanos e camponeses, por várias razões: a) o isolamento espacial no interior dos feudos das empresas era acrescido do controle policial dos “guarda jurados”; b) as diversidades linguísticas dificultavam as comunicações entre si e entre os cubanos; c) desenvolvimento do preconceito racial contra estes trabalhadores, vistos como inferiores aos cubanos. A conjugação destes fatores produziu diferenciações no interior do processo de proletarianização, diferenciações estas, apropriadas e reproduzidas pelo capital.

Todavia, a imensa exploração aliada à repressão e violência, manifestas através de burlas, assassinatos, desencadeou um processo de lutas destes trabalhadores por melhores salários, melhores condições de trabalho, jornada de oito horas etc., culminado numa sucessão de greves, incêndios de canaviais e causando sérios prejuízos à produção açucareira.

Estes conflitos somados às lutas de resistência dos camponeses e ao descontentamento generalizado dos colonos compuseram o quadro de inquietação social no campo, abafado muitas vezes pela presença do Exército nas grandes centrais (5: 223). Esta situação agravou-se, sobremaneira, à medida que estes movimentos passaram a ser conduzidos pelos dirigentes sindicais e políticos, definindo, assim, a organização política autônoma dos trabalhadores.

---

\* Não é nosso objetivo discutir aqui as diferentes estratégias adotadas pelo P.C.C. depois de 1925. Cabe ressaltar que esta unidade constitui-se como tendência no processo de organização política da classe trabalhadora do campo e da cidade. Esta tentativa verificou-se, mesmo antes de 1925. Em 1912, realizou-se o Congresso Unitário em Cruzes, rica zona açucareira. Dos 22 delegados, 6 eram das Centrais. Antes, havia-se processado a expulsão de Saavedra, responsável por tentar a unidade sindical dos trabalhadores (5:164, passim).

A partir de 1917, eclodem várias greves, estando em Cruzes – região açucareira – o eixo do movimento.

Em 1919, foi a vez da província de Camagüey. Aí, as greves foram punidas com fugas, assassinatos e inúmeras mortes.

Em 1920, novas greves ocorrem. As reivindicações são as mesmas, além do direito à organização dos trabalhadores (5: 231). Estas greves eclodiram num clima geral de descontentamento no país. Muitos trabalhadores estrangeiros foram expulsos, acusados de queimarem os canaviais.

Em 1924 e 1925, surgem novamente grandes conflitos nas centrais, que se alastram a Camagüey e à região oriental. Estas greves iniciadas por melhores salários foram sufocadas por uma repressão imensa. Nelas, Alfredo Lopez propunha a união dos trabalhadores estrangeiros e cubanos para enfrentar o imperialismo ianque. Vários documentos da Federación Obrera de Habana pediam a unidade operária-camponesa (5:300 e ss). Os líderes sindicalistas desta época pregavam o caráter antiimperialista das lutas dos trabalhadores.

“Chegou o momento culminante das lutas operárias deste país, jogamos nossa sorte como classe organizada e responsável do progresso da sociedade. Sejam dignos de nossa missão vencendo o imperialismo estrangeiro e seu ouro corruptor” (14: 5).

#### IV

Procuramos, no decorrer deste trabalho, analisar, através do exemplo concreto da agricultura cubana, o processo de constituição da classe trabalhadora.

Vimos que tal processo foi determinado pelas relações sociais dominantes do capitalismo monopolista. As transformações ocorridas nas relações de produção na agricultura foram determinadas por estas relações sociais dominantes. Desde o século XIX, foram gestadas as bases das relações imperialistas em Cuba.

Procuramos, no decorrer deste trabalho, apontar as mudanças havidas nas relações imperialistas e seus efeitos sobre relações de produção na agricultura.

Num primeiro momento, Cuba atendia às necessidades do comércio exportador do açúcar, cada vez mais dominado pelos monopólios norte-americanos. Aí prevaleciam as relações escravistas na agricultura e nos engenhos.

Em seguida, em consequência da separação entre agricultura e indústria, operam-se mudanças nas relações de produção, através da implantação do trabalho livre.

Com o domínio do capital sobre a renda da terra, intensificam-se a exploração da força de trabalho e os métodos de produção de novos trabalhadores. Para isso, inicia-se um processo violento de expropriação das formas de produção não-capitalistas pelo grande capital monopolista.

Em todos estes momentos, as novas relações sociais foram marcadas por vários movimentos de resistência que, pouco a pouco, foram definindo o inimigo comum, a partir da definição da identidade de cada uma das classes em oposição.

A definição da identidade da classe trabalhadora foi se orientando a partir das condições passadas, presentes e futuras. Paulatinamente, surge entre estes trabalhadores e camponeses expropriados a consciência de um projeto político comum assentado nas mesmas condições de exploração impostas pelo capital monopolista. As condições subjetivas, representadas por líderes de partidos políticos, de sindicatos e de ideologias (4) surgindo no bojo das condições objetivas de cada momento, foram capazes de articular as diferentes categorias em torno de um único objetivo, o antiimperialismo, de tal forma que o conteúdo classista e nacionalista dos movimentos pipocando em toda a ilha fosse instituinte do processo de transformação social engendrado pelas contradições das relações imperialistas, cujo ponto final ocorreu no movimento revolucionário dos anos 50.

SILVA, M.A.M. – Agriculture and imperialism: some remarks on the labour force formation in Cuba. *Perspectivas*, São Paulo, 9/10: 51-70 1986/87.

*ABSTRACT: This article analyses the process of labour force formation in cuban agriculture. This process is produced by the imperialism relations in the final of last century and the beginning of this century.*

*KEY-WORDS: Capitalism and agriculture; labour force and capitalism; rural proletariat.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARNET, M. – *Biografía de un cimarrón*. La Habana, Ed. de Ciencias Sociales, 1986.
2. BETANCOURT, S.C. – Voto particular contra la Enmienda Platt: fragmentos. In CABRERA, O. – *El anticolonialismo en la historia de Cuba*. La Habana, Ed. de Ciências Sociales, 1985.
3. BONILLA, R.C. – Azúcar y abolición. La Habana, Instituto Cubano del Libro, 1971. *Apud: CUEVAS, E.T. & REYES, E. – Esclavitud y sociedad: notas y documentos para la historia de la esclavitud negra en Cuba*. La Habana, Ed. de Ciencias Sociales, 1986. p. 180.
4. CABRERA, O. – *El anticolonialismo en la historia de Cuba*. La Habana, Ed. de Ciencias Sociales, 1985.
5. CABRERA, O. – *Los que viven por sus manos*. La Habana, Ed. de Ciencias Sociales, 1985.
6. CASANOVA, P. G. – Os pioneiros do marxismo na América Latina. *Ensaio*, (15-16): 129-152, 1986.

7. CUEVAS, E. T. & REYES, E. – *Esclavitud y sociedad notas y documentos para la historia de la esclavitud negra en Cuba*. La Habana, Ed. de Ciencias Sociales, 1986.
8. FRAGINALS, M. M. – *El ingenio: complejo económico social cubano del azúcar*. La Habana, Ed. de Ciencias Sociales, 1978. v.1.
9. Idem ibidem, v.2.
10. Idem ibidem, v.3.
11. HUGH, T. – *Cuba: the pursuit of freedom*. New York, Harper and How, 1971. *Apud*: SCOTT, R. J. – *Relações de classe e mobilização política em Cuba*. In: CARDOSO, F. H.; SORJ, B. & FONT, M. – *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
12. JENKS, L. H. – *Nuestra colonia de Cuba*. La Habana, Ed. Revolucionaria, 1966. *Apud*: REGALADO, A. – *Las luchas campesinas en Cuba*. La Habana, Ed. Política, 1979. p. 59-60.
13. JIMENEZ, A. N. – *Geografía de Cuba*. *Apud*: REGALADO, A. – *Las luchas campesinas en Cuba*. La Habana, Ed. Política, 1979. p. 58.
14. MANIFESTO da Federación Obrera de La Habana. In: Nueva Luz, 18 dic. 1924. *Apud*: CABRERA, O. – *Los que viven por sus manos*. La Habana, Ed. de Ciencias Sociales, 1985. p. 307.
15. MARINELLO, J. – *As raízes antiimperialistas de José Martí*. In: América Latina. São Carlos, UFSCAR, 1982. (Caderno 2).
16. MARTINS, F. de S. – *A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária*. In: *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis. Vozes, 1981.
17. REGALADO, A. – *Las luchas campesinas en Cuba*. La Habana, Ed. Política, 1979.
18. ROCA, B. – *José Martí: revolucionário radical de su tiempo*. In: *Siete enfoques marxistas sobre José Martí*. La Habana. Ed. Política, 1985.
19. SCOTT, R.J. – *Relações de classe e mobilização política em Cuba*. In: CARDOSO, F.H.; SORJ, B. & FONT, M. – *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 180-193.
20. THOMPSON, E.P. – *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. v.1.
21. U.S. National Archives. Record Group 76. Entry 352. Spaim Clims. Petição nº 121. *Apud*: SCOTT, R.J. – *Relações de classe e mobilização política em Cuba*. In: CARDOSO, F. H.; SORJ, B. & FONT, M. – *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1985. pt. 2. p. 181-2.
22. VIEIRA, O T. – *La cooperativización de la tierra en el agro cubano*. La Habana, Ed. Política, 1984.